



## **Da Bíblia Ao Tribunal: A Síndrome Da Mulher De Potifar E A Presunção De Inocência No Direito Penal Contemporâneo**

### **Autor(es)**

Felipe Rossi De Andrade

Marta De Sousa Pedrosa

Elaine Rodrigues De Souza Rosa

Bruna Beatriz Teixeira Wolff

João Pedro Almeida Melo

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### **Introdução**

Contextualmente, a história de José do Egito, narrada no livro de Gênesis, capítulo 39, traz um episódio emblemático e atemporal: após rejeitar insistentemente os avanços da esposa de Potifar, José é falsamente acusado de tentativa de estupro. Sem provas, ele é imediatamente condenado e lançado ao cárcere. Esse relato bíblico originou o que hoje é conhecido no meio jurídico e psicológico como a “Síndrome da Mulher de Potifar”, fenômeno que descreve situações em que uma mulher, movida por rejeição, vingança ou interesse, como no caso da mulher de Potifar, imputa falsamente a um homem um crime, geralmente relacionado a violência sexual ou doméstica. Na atualidade, embora a violência contra a mulher permaneça um grave problema social e jurídico, é igualmente necessário observar o uso indevido das proteções legais, como a Lei Maria da Penha e demais políticas voltadas para proteção do sexo feminino em casos de falsas acusações. Essas situações, apesar de estatisticamente baixas, têm consequências graves.

### **Objetivo**

Analizar a Síndrome da Mulher de Potifar e suas consequências jurídicas e sociais, com base no princípio da presunção de inocência. O estudo também busca refletir sobre os impactos das falsas acusações no sistema penal e evidenciar os desafios da justiça diante da tensão entre proteção às vítimas e direitos dos acusados.

### **Material e Métodos**

Este artigo adota uma abordagem teórico-analítica, com base na revisão bibliográfica, análise jurisprudencial e estudo de casos concretos envolvendo denúncias posteriormente comprovadas como falsas. A metodologia envolve a interpretação das normas constitucionais e infraconstitucionais, bem como a aplicação do princípio da proporcionalidade e da presunção de inocência no âmbito do Direito Penal. Foram utilizados, ainda, artigos doutrinários, decisões judiciais e documentos oficiais como fontes complementares, visando garantir a pluralidade de perspectivas e a profundidade na análise do fenômeno jurídico-social abordado.

### **Resultados e Discussão**

Anais da 4ª MOSTRA CIENTÍFICA – FACULDADES ANHANGUERA – BRASÍLIA - DF, 4ª edição, Brasília-DF, 2025. Anais [...]. Londrina Editora Científica, 2025. ISBN: 978-65-01-62358-0



A denúncia caluniosa, tipificada no artigo 339 do Código Penal Brasileiro, prevê pena de reclusão de dois a oito anos para quem provoca a instauração de investigação contra alguém, imputando-lhe crime que sabe não ter sido cometido. Ainda assim, poucos são os casos em que essas falsas denunciantes são efetivamente responsabilizadas, revelando um desequilíbrio influenciado por estímulos de gênero e pela pseudo cultura de proteção incondicional à mulher vítima de violência doméstica.

Ainda sobre o art. 339 do Código Penal, em 2017, o Senado recebeu uma sugestão legislativa que propunha tornar majorante a denúncia caluniosa em casos envolvendo crimes por motivo de gênero, como feminicídio ou os previstos na Lei Maria da Penha. A proposta buscava coibir falsas acusações que, segundo o autor, prejudicavam especialmente homens inocentes. A medida pretendia alterar o referido artigo com o intuito de aumentar a pena para quem imputasse falsamente esse tipo de crime. No entanto, a sugestão não obteve apoio suficiente para avançar no processo legislativo. A iniciativa refletia uma tentativa de equilibrar a proteção de gênero com garantias penais.

Com relação à jurisprudência, o Relator Jorge Mussi no julgamento do agravo regimental (REsp 1211243-CE) disserta: "a palavra da vítima mostra-se suficiente para amparar um decreto condenatório por delito contra a dignidade sexual, desde que harmônica e coerente com os demais elementos de prova carreados aos autos e não identificado, no caso concreto, o propósito de prejudicar o acusado com a falsa imputação de crime". Nesse sentido, entende-se que nenhuma denúncia de violência deve ser desconsiderada, mas também, nenhuma acusação deve ser presumida como verdadeira sem o devido processo legal.

Dessa forma, casos emblemáticos de falsas acusações revelam que, embora o sistema de proteção às mulheres seja essencial, pode haver distorções que comprometem sua legitimidade, principalmente, quando mal utilizadas por elas próprias.

## Conclusão

A Síndrome da Mulher de Potifar é um fenômeno real que, embora minoritário, merece atenção jurídica e social, especialmente diante do risco de banalização das denúncias legítimas. Reconhecendo a gravidade da violência doméstica e a importância das leis protetivas, é igualmente necessário proteger os direitos fundamentais dos que podem vir a serem acusados injustamente. A justiça deve ser guiada pela busca da verdade, pelo respeito ao devido processo legal e pela promoção da dignidade humana em todas as suas formas.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. art 5º p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).
- In: Debate sobre Lei Maria da Penha destaca acusações falsas contra homens. [S. I.], 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/16/debate-sobre-lei-maria-da-penha-destaca-acusacoes-falsas-contra-homens>.
- In: Idoso linchado na Serra, ES, não estuprou crianças e foi vítima de mentira criada por ex, diz polícia. [S. I.], 19 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/07/19/idoso-linchado-na-serra-es-nao-estuprou-criancas-e-foi-vitima-de-mentira-criada-por-ex-diz-policia.ghtml>.
- SENADO Federal: Ideia Legislativa. In: Denúncia caluniosa de crimes por motivo de gênero. [S. I.], 6 jan. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=57594>. Acesso em: 30 abr. 2025.